



Disponibilizado no D.E.: 19/10/2020

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
5ª Vara Federal de Maringá

Av. XV de Novembro, 734 - Bairro: Centro - CEP: 87013-230 - Fone: (44)3220-2872 - www.jfpr.jus.br - Email: prmar05@jfpr.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5015134-43.2018.4.04.7003/PR

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

EXECUTADO: ESTAC SONDAGENS E FUNDACOES LTDA

ADVOGADO: JOÃO PAULO LOPES (OAB PR067804)

ADVOGADO: DOUGLAS BORGES CORRÊA (OAB PR062671)

EDITAL Nº 700009370142

O JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARINGÁ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que será(ão) leiloado(s), integralmente na modalidade eletrônica, o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos supracitados, na forma seguinte:

Leilão único: O leilão terá início às **09:00** do dia **09/11/2020** e término às **17:00** do dia **23/11/2020**, com observância do disposto na Resolução 236, de 13/07/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): *Art. 21. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.*

Condições de Pagamento e Parcelamento: O pagamento será à vista pelo preço mínimo de 50% da (re)avaliação.

Leiloeiro: SPENCER D'ÁVILA FOGAGNOLI (Fone: (44) 3026-4950).

Local do leilão: o leiloeiro está autorizado a receber lances em seu endereço eletrônico www.spencerleiloes.com.br.

Endereço do Juízo: Avenida XV de Novembro, nº 734, 1º andar, Edifício Nagib Name, Maringá/PR.

Valor do débito: R\$ 54.629,38, atualizado até 10/2020.

Descrição do veículo nº 01:



Disponibilizado no D.E.: 19/10/2020

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
5ª Vara Federal de Maringá

Renavam: 0051.048874-9	Chassi: LA7HSS87925	Placa: AAB-8789	Marca/Modelo: FORD/7000
Município: MARINGÁ	Ano de Fabricação/Modelo: 1977 / 1977	Combustível: DIESEL	Cor: AMARELA
Categoria: PARTICULAR	Espécie/Tipo: CARGA / CAMINHAO	Situação do Veículo: BLOQUEIO POR ORDEM JUDICIAL - AUTO PENHORA/DEPÓS./AVAL.	Restrição à Venda: NÃO HÁ

Valor da (re)avaliação: R\$ 5.000,00.

Outras penhoras: consta informação de outra(s) penhora(s) no processo em epígrafe (Evento 51, Renajud2).

Descrição do veículo nº 02:

Renavam: 0070.544421-0	Chassi: 9A9BC0551W1CT4495	Placa: AIB-0238	Marca/Modelo: REB/CANCAO TUCANO
Município: MARINGÁ	Ano de Fabricação/Modelo: 1998 / 1998	Combustível:	Cor: CINZA
Categoria: PARTICULAR	Espécie/Tipo: CARGA / REBOQUE	Situação do Veículo: BLOQUEIO POR ORDEM JUDICIAL - AUTO PENHORA/DEPÓS./AVAL.	Restrição à Venda: NÃO HÁ

Valor da (re)avaliação: R\$ 500,00.

Outras penhoras: consta informação de outra(s) penhora(s) no processo em epígrafe (Evento 51, Renajud4).

Descrição do veículo nº 03:

Renavam: 0051.100801-5	Chassi: LA7GYR71083	Placa: AIM-2492	Marca/Modelo: FORD/F4000
Município: MARINGÁ	Ano de Fabricação/Modelo: 1980 / 1980	Combustível: DIESEL	Cor: VERMELHA
Categoria: PARTICULAR	Espécie/Tipo: CARGA / CAMINHAO	Situação do Veículo: BLOQUEIO POR ORDEM JUDICIAL - AUTO PENHORA/DEPÓS./AVAL.	Restrição à Venda: NÃO HÁ

Valor da (re)avaliação: R\$ 15.000,00.

Outras penhoras: consta informação de outra(s) penhora(s) no processo em epígrafe (Evento 51, Renajud3).

Descrição do veículo nº 04:



Disponibilizado no D.E.: 19/10/2020

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
5ª Vara Federal de Maringá

Renavam: 0040.489393-7	Chassi: LA7DSA74411	Placa: BWC-3681	Marca/Modelo: FORD/F600
Município: MARINGÁ	Ano de Fabricação/Modelo: 1976 / 1976	Combustível: DIESEL	Cor: BEGE
Categoria: ALUGUEL	Espécie/Tipo: CARGA / CAMINHAO	Situação do Veículo: BLOQUEIO POR ORDEM JUDICIAL - AUTO PENHORA/DEPÓS./AVAL.	Restrição à Venda: NÃO HÁ

Valor da (re)avaliação: R\$ 15.000,00.

Outras penhoras: consta informação de outra(s) penhora(s) no processo em epígrafe (Evento 51, Renajud1).

Depositário dos veículos: SPENCER D'AVILA FOGAGNOLI .

Endereço da constatação do(s) veículo(s): Avenida Melvin Jones, nº 873, Parque Industrial Bandeirantes, Maringá/PR.

Ações/Recursos pendentes: nada consta no processo em epígrafe.

Débitos anteriores à arrematação: o(s) bem(ns) será(ão) entregue(s) ao arrematante livre(s) e desembaraçado(s) de débitos, tendo em vista que esses sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência, nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional. O arrematante arcará, todavia, com os débitos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da arrematação.

Ônus do arrematante: **(a)** custas de arrematação no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da arrematação, sendo o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de R\$ 1.915,38 (um mil, novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos); **(b)** comissão do leiloeiro arbitrada no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação; **(c)** custos relativos à desocupação, desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial (registro da Carta de Arrematação e de hipoteca, em caso de parcelamento do valor arrematado) dos bens arrematados (art. 29 da Resolução 236/2016 do CNJ). Os bens móveis arrematados que se encontrarem em depósito judicial deverão ser retirados do local, impreterivelmente, nos 30 (trinta) dias subsequentes à entrega da Carta de Arrematação. Findo esse prazo, passará a correr por conta do arrematante as despesas de guarda e armazenagem dos bens; **(d)** em caso de arrematação de bem imóvel, para entrega da respectiva carta, deverá o arrematante comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, a teor do inciso II do artigo 703 do CPC.

INFORMAÇÕES GERAIS E INTIMAÇÕES: **(1)** Fica pelo presente devidamente intimada a parte executada, bem como os terceiros interessados da designação supra e para, querendo, acompanhá-la, se não tiverem sido encontrados quando da realização da intimação pessoal; **(2)** Prevalecerá sempre o maior lance, independentemente se à vista ou parcelado; **(3)** Os licitantes



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
5ª Vara Federal de Maringá

ficam cientes de que serão observadas as seguintes condições: **a)** todas as pessoas físicas que estiverem na livre administração de seus bens e todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas poderão participar do leilão, excetuando-se: (i) os incapazes; (ii) os tutores, os curadores, os testamenteiros, os administradores ou os liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; (iii) os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; (iv) o Juiz atuante no feito, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, o escrivão e demais servidores e auxiliares da Justiça; (v) os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; (vi) os leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados e (vii) os advogados de qualquer das partes (artigo 890 do CPC/2015); **b)** a venda será à vista, ou a prazo de 15 (quinze) dias mediante caução idônea, conforme disposições abaixo, não sendo aceito lance por preço vil; **c)** os interessados poderão apresentar proposta de parcelamento, nos termos do art. 895 do CPC/2015; **d)** deverá ser observado o direito de preferência de eventuais coproprietário(s) e ocupante(s) na aquisição de imóvel, desde que pague(m) o mesmo preço, nas mesmas condições, do maior lance ofertado; **e)** na hipótese de pagamentos não efetuados no ato do leilão ou no prazo estabelecido, o(s) arrematante(s) faltoso(s) incorrerá(ão) nas penalidades da lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo, além de perda da comissão do leiloeiro (Art. 39 do Decreto 21.981/32 e art. 23, § 2º da Lei de Execução Fiscal - LEF) e da caução em favor do exequente, voltando os bens a novo leilão, do qual não poderá participar o arrematante e o fiador remisso (art. 897 do CPC/2015); **f) no caso de pedido de suspensão do leilão por parcelamento ou pagamento do débito exequendo**, no período de 10 (dez) dias úteis que antecederem o leilão, a parte executada deverá pagar o equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor do(s) bem(ns), a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro, garantido o mínimo de R\$ 500,00 e máximo de R\$ 10.000,00; **i)** fica assegurado o direito de visitação dos bens pelos interessados nos locais em que se encontrarem antes do início dos leilões; **g)** é atribuição dos licitantes verificar, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica, o estado de conservação, situação de posse e especificações do(s) bem(ns) oferecido(s) no leilão, haja vista que serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia (art. 18 da Resolução 236/2016 do CNJ); **h)** o arrematante de imóvel deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega da Carta de Arrematação, comprovar nos autos o registro da venda judicial na matrícula do bem e, se for o caso, apresentar o comprovante de formalização do parcelamento junto ao credor; **i)** o prazo de 30 (trinta) dias para a transferência do veículo (artigo 233 do Código de Trânsito Brasileiro) somente começará a fluir a partir do momento em que verificada a completa desoneração dos débitos e gravames que eventualmente incidam sobre o veículo até a data da arrematação; **j)** resultando negativo o leilão eletrônico, fica autorizado o leiloeiro a proceder à venda direta do(s) bem(ens) pelo prazo de 30 (trinta) dias, nas mesmas condições constantes do edital e pelo mesmo preço que poderiam ser vendidos em leilão.

E para que chegue o presente EDITAL ao conhecimento do(s) executado(s) e de terceiros interessados e não possam, no futuro, alegar ignorância, será publicado na forma da lei. Expedido e conferido por Cristiane Regina de Souza, Analista Judiciária.



Disponibilizado no D.E.: 19/10/2020

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
5ª Vara Federal de Maringá

Documento eletrônico assinado por **EMANUEL ALBERTO SPERANDIO GARCIA GIMENES, Juiz Federal Substituto na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700009370142v3** e do código CRC **fb19d1ab**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): EMANUEL ALBERTO SPERANDIO GARCIA GIMENES

Data e Hora: 15/10/2020, às 17:45:57

5015134-43.2018.4.04.7003

700009370142.V3